



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS,  
CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE,  
ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E CIDADANIA E A  
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE SURDOS.

PROCESSO Nº 01.081922.18.10

INSTRUMENTO JURÍDICO Nº 01.2018.1000.0032.0000

O **MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.715.383/0001-40, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, com sede na Rua Tupis, 149 – 11º andar, Centro, CEP 30.190-060, Belo Horizonte – MG, neste ato representada pela Secretária **Maíra de Cunha Pinto Colares**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **Confederação Brasileira de Surdos**, com sede na Avenida Amazonas, nº 687 – 10º andar/sala 1007, Centro – BH/MG, inscrita sob o CNPJ nº 06.270.588/0001-80, por meio de seu representante, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato, decorrente da **Dispensa de Licitação nº 026/2018, Processo Administrativo 01.081922.18.10**, em conformidade com o Decreto Municipal nº 10.710/01 e a Lei Federal nº 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato a prestação de serviços de 250 (duzentos e cinquenta) horas de interpretação de Língua Brasileira de Sinais por profissionais devidamente capacitados para a realização de eventos e reuniões no âmbito da Subsecretaria de Direito e Cidadania no período pactuado.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente contrato fundamenta-se na dispensa de licitação prevista no art.24, inciso XX, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

O presente contrato tem o valor total de R\$ 18.067,50 (dezoito mil e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), sendo o valor da hora equivalente a R\$ 72,27 (setenta e dois reais e vinte e sete centavos).

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas correntes do presente instrumento correrão por conta da dotação orçamentária nº **1000.2500.14.422.127.2337.0007 339035.01 03.00.1.00**, ou outra que vier a substituí-la.



## **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

5.1. O presente contrato terá vigência de 12 meses a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado em conformidade com os termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.2. A prorrogação a que se refere o subitem anterior será realizada mediante termo aditivo.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.1. Cumprir as obrigações constantes deste Contrato sem prejuízo das decorrentes das normas, dos anexos e da natureza da atividade.

6.2. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.

6.3. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante quanto à prestação do serviço.

6.4. Garantir a boa qualidade do serviço prestado.

6.5. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste contrato.

6.6. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato, em cumprimento ao disposto no inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.

6.7. Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis.

6.8. Responsabilizar-se por todos os e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, a pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço.

6.9. Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à prestação deste serviço.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

7.1. Fiscalizar a prestação dos serviços contratos, através da Coordenadoria de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.

7.2. Fiscalizar a manutenção pela contratada, das condições de habilitação e qualificações exigidas na contratação, durante toda a execução do contrato em cumprimento ao disposto no inciso XIII do artigo 55 da Lei nº 8.666/93.





7.3. Prestar todas as informações necessárias com clareza à Contratada para execução dos serviços contratados.

7.4. Pagar no vencimento as faturas apresentadas pela Contratada.

7.5. Notificar a Contratada, por escrito, fixando-lhe o prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na prestação dos serviços.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE FATURAMENTO/PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será efetuado pela Gerência Financeira, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da respectiva Nota fiscal, devidamente atestada pelo setor responsável pela gestão do contrato.

8.2. A Contratada deverá emitir nota fiscal/fatura conforme legislação vigente.

8.3. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação dos serviços realizados e o período da execução.

8.4. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura o prazo para pagamento será contado a partir da sua reapresentação devidamente regularizada.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-a às seguintes penalidades:

9.1.1. Advertência.

9.1.2. Multas, nos seguintes percentuais:

a) multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 19,8%, correspondente a até 60 (sessenta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

b) multa de 3% (três por cento) sobre o valor total da contratação, na hipótese de o infrator descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas;

c) multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;



d) multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato quando o infrator der causa à rescisão do contrato;

e) multa indenizatória, a título de perdas e danos, na hipótese de o infrator ensejar a rescisão do contrato e sua conduta implicar em gastos à Administração Pública superiores aos contratados.

9.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

9.2. As penalidades de advertência e multa serão aplicadas pela Diretoria Administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania ou equivalente, mediante proposta do responsável pelo acompanhamento da execução do contrato.

9.2.1. Nos casos previstos pela legislação, as multas poderão ser descontadas do pagamento imediatamente subsequente à sua aplicação.

9.3. As penalidades de suspensão temporária e de impedimento de licitar e contratar serão aplicadas pela Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania ou equivalente.

9.4. A penalidade de declaração de inidoneidade será aplicada pela Secretária Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania ou equivalente.

9.5. Na aplicação das penalidades será facultada a defesa prévia no respectivo processo, nos seguintes prazos:

9.5.1. No caso de aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar o prazo para apresentação de defesa será de 5 (cinco) dias úteis;

9.5.2. No caso de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, o prazo para apresentação de defesa será de 10 (dez) dias úteis;

9.6. As penalidades são independentes entre si, podendo ser aplicadas em conjunto ou separadamente, após a análise do caso concreto e não exime a Contratada da plena execução do objeto contratado.

9.6.1. Na hipótese de cumulação a que se refere o subitem acima serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

9.7. O atraso injustificado superior a 60 (sessenta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo o instrumento respectivo ser rescindido, salvo





razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

10.1. O presente contrato poderá ser rescindido, garantido o pagamento dos serviços já prestados, desde que formalmente motivado nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses da CONTRATADA:

- a) Infringir quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato;
- b) Entrar em regime de falência, dissolver-se ou extinguir-se;
- c) Transferir ou ceder o presente contrato a terceiros, no todo ou em parte, salvo com prévia autorização expressa do CONTRATANTE;
- d) Recusar-se a receber qualquer ordem ou instrução para melhor execução deste contrato, insistindo em fazê-lo com imperícia ou desleixo;
- e) Deixar de comprovar o regular cumprimento de suas obrigações trabalhistas, tributárias e sociais, quando solicitado;
- f) Paralisar a prestação dos serviços, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- g) ser declarada inidônea e/ou suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal;
- h) Subcontratar total ou parcialmente o objeto ajustado, associar-se com outrem, praticar fusão, cisão ou incorporação, salvo com prévia autorização expressa do CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO POR INTERESSE PÚBLICO**

Este contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, devidamente justificado, quando o interesse público assim o exigir, sem indenização à Contratada, a não ser em caso de dano efetivo disso resultante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO DO PROJETO, SERVIÇOS E PREÇOS.**

12.1 Fica vedada qualquer alteração qualitativa ou quantitativa dos contratos, que implique custos adicionais.

12.1.1 Inclui-se na vedação a repactuação/revisão de preços.

12.1.2. Não constitui alteração contratual o reajuste de preços previsto contratualmente.



12.1.3. Excetuam-se da regra as alterações autorizadas prévia e expressamente pelo Representante Legal do CONTRATANTE, em processo próprio, com a justificativa da imprescindibilidade da alteração contratual para se atingir o interesse público.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

13.1. Caberá a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania ou equivalente, designar através de Portaria o servidor responsável pela fiscalização do Contrato, indicado pela Subsecretaria de Assistência Social, a qual será responsável por dirimir dúvidas que surgirem no curso da prestação dos serviços, e de tudo dará ciência à Contratante, conforme art. 67, parágrafos 1º e 2º da Lei 8.666, de 1993.

13.2. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. As relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência dos serviços que deverão ser, imediatamente, confirmados por escrito.

14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

14.3. A tolerância do Contratante com qualquer atraso ou inadimplência por parte da Contratada não importará de forma alguma em alteração ou novação.

14.4. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira.

14.5. Eventuais prorrogações do contrato não implicam, necessariamente, no reajuste dos valores inicialmente contratados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGISTRO E PUBLICAÇÃO**

A eficácia do presente instrumento dependerá de seu registro junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, cabendo a esta a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município – DOM.




## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, renunciando-se a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida ou pendência oriunda do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2018.

  
**Maíra da Cunha Pinto Colares**  
Secretária Municipal de Assistência Social,  
Segurança Alimentar e Cidadania

  
**Confederação Brasileira de Surdos**

